

# INTERRUPÇÃO/ASSALTO AO TURNO, O PAPEL DO GÊNERO E O EFEITO CULTURAL\*

**REBECA RODRIGUES DE SANTANA\*\***

Universidade Federal de Sergipe (UFS), Programa de Pós-Graduação em Letras, Aracaju, SE, Brasil.

Recebido em: 10 mar. 2018. Aprovado em: 28 maio 2018.

Como citar este artigo: SANTANA, R. R. Interrupção/assalto ao turno, o papel do gênero e o efeito cultural. *Cadernos de Pós-Graduação em Letras*, v. 18, n. 2, p. 55-74, 2018. doi:10.5935/cadernosletras.v18n2p55-74

## Resumo

O presente trabalho tem como objetivo caracterizar o turno conversacional e seus aspectos constitutivos para que, a partir do que se tem definido para o turno conversacional e para os fenômenos que por meio dele ocorrem, seja

---

\* Este trabalho está vinculado ao projeto “Gênero, polidez e variação linguística”, desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe, e lida com as relações de sexo/gênero e a diversidade de usos linguísticos, como na expressão da primeira pessoa do plural (SANTOS; FREITAG; 2016; MENDONÇA; FREITAG, 2016), uso do futuro do pretérito (ARAUJO; FREITAG, 2015), e também aspectos interacionais, como o uso de marcadores discursivos (FREITAG; SILVA; EVANGELISTA, 2017; SANTANA, 2018) e a assimetria da interação (SANTANA; FREITAG, no prelo), especialmente em situações de ameaça à face, como na interação.

\*\* E-mail: rebeca.rodrigues.17@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-3969-1788>

possível identificar as propostas para tratamento das condições de interrupção e colaboração no assalto ao turno, com especial ênfase no papel do gênero dos interlocutores e no papel cultural da interrupção: em diferentes línguas, prevalecem diferentes culturas. Por isso, o padrão de interrupção pode ser visto de modo diferente, a depender do contexto pragmático.

## Palavras-chave

Assalto ao turno/interrupção. Gênero. Cultura.

## INTRODUÇÃO

A fala é resultado da atividade interacional entre os participantes de uma conversa, considerando-se interação, em sociedade, como a “reciprocidade do comportamento das pessoas, quando em presença umas das outras, numa escala que vai da cooperação ao conflito” (GALEMBECK; COSTA, 2009, p. 1938), sendo a conversa sinônimo de troca, de interlocução, que pressupõe um jogo de influências recíprocas que se constituem a partir do envolvimento dos participantes no diálogo, “que devem se mostrar receptivos e ativos na conversa, dando sinais de entendimento ou não, de concordância, de desinteresse, de dúvida etc.” (MAREGA; JUNG, 2011, p. 321).

Marcuschi (2003) afirma que há boas razões para o estudo da conversação, listando algumas delas, como o fato de ela ser a prática social mais comum no dia a dia das pessoas; o de ser um espaço favorável à construção de identidades sociais e o fato de envolver ações que vão além das habilidades linguísticas dos falantes. E por meio dela se produz o texto falado que, segundo Galembeck e Costa (2009), é criado conjuntamente pelos falantes, que colaboram, contra-argumentam ou até se completam para manter o diálogo. Tal texto é constituído por quatro elementos, sendo eles o turno conversacional, o tópico discursivo, os marcadores conversacionais e os pares adjacentes (GALEMBECK; COSTA, 2009).

Nesse trabalho, temos como foco um desses elementos, os turnos conversacionais, assumidos, na perspectiva de Galembeck e Costa (2009), como as intervenções, de qualquer extensão, dos participantes de um diálogo, tanto as que possuem valor referencial ou informativo, chamadas de turnos nucleares, como as intervenções curtas, indicadoras de que um dos interlocutores está

acompanhando o que é dito por seu parceiro conversacional, denominadas turnos inseridos. E, no âmbito do turno conversacional, restringimos a abordagem ao fenômeno de interrupção no processo de troca de falantes, pois uma das regras básicas da conversação é que um falante deve esperar o outro concluir sua fala, mas essa regra é muitas vezes violada. O que faz com que um falante interrompa o outro? Que postura os falantes têm ao interromper, de competição ou de colaboração? Há fatores sociais relacionados às interrupções/assaltos?

O presente trabalho tem como objetivo caracterizar turno conversacional e seus aspectos constitutivos, para que a partir do que se tem definido para o turno conversacional e para os fenômenos que por meio dele ocorrem, seja possível identificar as propostas para tratamento das condições de interrupção e colaboração no assalto ao turno, com especial ênfase no papel do gênero dos interlocutores e no papel cultural da interrupção: em diferentes línguas, prevalecem diferentes culturas. Por isso, o padrão de interrupção pode ser visto de modo diferente, a depender do contexto pragmático.

## O TURNO CONVERSACIONAL

Um dos aspectos da conversação é o fato de os interlocutores alternarem-se nos papéis de falante e ouvinte. Dessa forma, uma das maneiras de se compreender a organização da conversação é investigar os fenômenos que nela ocorrem e que sinalizam para a alternância desses papéis.

Para Galembeck e Costa (2009), a conversação é caracterizada como uma série de turnos; os autores fazem uma distinção entre dois tipos de conversação: a simétrica e a assimétrica, sendo a primeira um diálogo em que ambos os interlocutores colaboram de fato para o desenvolvimento do tópico conversacional, revezando-se nos papéis de falante e ouvinte, todos dando contribuições relevantes em relação ao tópico e tendo igual oportunidade de falar, como ocorre nas conversas do cotidiano. Já na segunda, na conversação assimétrica, apenas um dos interlocutores desenvolve o tópico, realizando uma série de turnos nucleares, enquanto o outro só participa com intervenções ocasionais e complementares em relação ao tópico, como é característico das entrevistas e consultas. Assim, os autores afirmam que a troca de falantes é uma característica inerente à conversação simétrica, que é formada por uma alternância

constante nas posições de falante e ouvinte, com a participação de ambos os interlocutores no desenvolvimento do tópico, por meio de turnos nucleares.

Sacks, Schegloff e Jefferson (2003 [1974]), após seis anos de estudos analisando gravações de conversas espontâneas, propõem uma sistemática para a organização da tomada de turnos na conversa, sendo essa “tomada” caracterizada como a distribuição dos turnos na conversação. Tal sistemática apresenta como fatos relativos à conversa os itens expostos no Quadro 1.

#### Quadro 1 – Fatos sobre a conversa

- (1) A troca de falantes se repete, ou pelo menos ocorre.
- (2) Na grande maioria dos casos, fala um de cada vez.
- (3) Ocorrências de mais de um falante por vez são comuns, mas breves.
- (4) Transições (de um turno para o próximo) sem intervalos e sem sobreposições são comuns. Junto com as transições caracterizadas por breves intervalos ou ligeiras sobreposições, elas perfazem a grande maioria das transições.
- (5) A ordem dos turnos não é fixa, mas variável.
- (6) O tamanho dos turnos não é fixo, mas variável.
- (7) A extensão da conversa não é previamente especificada.
- (8) O que cada um diz não é previamente especificado.
- (9) A distribuição relativa dos turnos não é previamente especificada.
- (10) O número de participantes pode variar.
- (11) A fala pode ser contínua ou descontínua.
- (12) Técnicas de alocação de turno são obviamente usadas. Um falante corrente pode selecionar um falante seguinte (como quando ele dirige uma pergunta à outra parte) ou as partes podem se autosselecionar para começarem a falar.
- (13) Várias “unidades de construção de turnos” são empregadas; por exemplo, os turnos podem ser projetadamente a “extensão de uma palavra” ou podem ter a extensão de uma sentença.
- (14) Mecanismos de reparo existem para lidar com erros e violações da tomada de turnos; por exemplo, se duas partes encontram-se falando ao mesmo tempo, uma delas irá parar prematuramente, reparando, assim, o problema.

Fonte: Adaptado de Sacks, Schegloff e Jefferson (2003 [1974], p. 14).

Podemos observar que muitos dos aspectos apresentados pelos autores como características da conversa são relativos à alternância de participantes no diálogo, seja com relação a sua ocorrência, como (1), ou a sua organização, como (2), (3), (4), (5), (9), (12) e (14), o que ressalta a importância da alternância na interação.

Os autores afirmam, ainda, que os fatos observados na tomada de turnos distinguem-se no que eles chamam de diferentes “sistemas de troca de fala” – como reuniões, entrevistas, debates, entre outros –, ocupando a conversa uma posição central entre esses sistemas.

Sacks, Schegloff e Jefferson (2003 [1974]) assumem três conceitos para explicar a tomada de turnos: 1. o conceito de “unidades de construção de turnos”, ao qual o aspecto (13) se refere, segundo o qual são elementos com os quais um falante pode construir seu turno (sentenças, sintagmas, palavras etc.); 2. o de “projetabilidade”, que é uma projeção que o ouvinte tem de quanto ainda faltará para que a ocorrência de um tipo de unidade seja finalizada; 3. e o conceito de “lugares relevantes para a transição”, que são as finalizações de cada unidade produzida pelo falante. Tais conceitos são importantes para entender a proposta apresentada pelos autores, uma vez que eles consideram o “lugar relevante para transição” e a “projetabilidade” como propícios à tomada de turno.

Técnicas e regras são descritas por Sacks, Schegloff e Jefferson (2003 [1974]) para a alocação de turnos, sendo as técnicas divididas em duas vertentes: a primeira é aquela em que o falante corrente seleciona quem será o falante seguinte; e na segunda há uma autosseleção. Já as regras, que, segundo os autores, minimizam os intervalos e sobreposições nas alocações, propõem que nos “lugares relevantes para a transição” o falante corrente selecione o próximo, que terá o direito e o dever de tomar o turno; ou haja uma autosseleção em que quem iniciar primeiro adquire o turno; caso não haja nenhuma dessas ocorrências, o falante corrente pode continuar produzindo um acréscimo ao tamanho do seu turno. Esse conjunto de regras, conforme os autores, “elimina o intervalo e a sobreposição da maior parte da conversa, ao eliminar o intervalo e a sobreposição da maioria dos turnos” (SACKS; SCHEGLOFF; JEFFERSON, 2003 [1974], p. 18).

Sobre o fato apresentado em (1), no Quadro 1, os autores ressaltam que a possibilidade de troca de falantes está presente em cada construção de turno, porque qualquer tipo de unidade utilizada para constituir um turno chegará a um lugar relevante para a transição. Já sobre o fato apresentado em (2), os autores afirmam que qualquer falante adquire direitos exclusivos até finalizar o tipo de unidade do seu turno, chegando a um lugar relevante para a transição. Com relação ao fato (3), que propõe que “ocorrências de mais de um falante por vez são comuns, mas breves”, os autores defendem que, quando a alocação de turno se dá por autosseleção, há uma possibilidade de mais de um

falante de cada vez, pois há uma competição por um turno seguinte, em que cada um realiza o seu começo o quanto antes em um lugar relevante de transição; outra possibilidade de ocorrência de mais de um falante por vez é quando o próximo falante tem uma projeção de quanto falta para que o falante corrente finalize sua unidade, o que deriva do princípio da projetabilidade; outro caso é o do uso do que os autores chamam de elementos opcionais (“certo”, “o.k.”, “sim” etc., mas por nós assumidos como marcadores discursivos, não opcionais e linguisticamente significativos, cf. FREITAG, 2007), que não têm a intenção de continuação, mas que podem produzir sobreposições de falas estruturadas.

Quanto ao fato de tais ocorrências serem breves, os autores explicam este fato por ocorrerem em lugares relevantes para a transição, um ponto em que o falante pode finalizar o seu turno, deixando que o próximo prossiga. É também a ocorrência das transferências de turnos exclusivamente em lugares relevantes para a transição que possibilita o que é apresentado em (4), o fato de transições (de um turno para o turno seguinte) sem intervalos e sem sobreposições serem comuns. O fato (5), também relacionado à alocação de turnos, evidencia que a ordem dos turnos não é fixa, mas variável, o que está relacionado a que tal ordenação é controlada turno por turno, podendo variar internamente. No entanto, os autores defendem que a tendência para a ordenação é “o falante imediatamente anterior ao falante corrente ser selecionado como falante seguinte” (SACKS; SCHEGLOFF; JEFFERSON, 2003 [1974], p. 23).

Ainda sobre os fatores relacionados à tomada de turno, destacamos o (9), o (12) e o (14). O primeiro diz que a distribuição relativa de turnos não é previamente especificada, de modo que “qualquer não-falante é o falante seguinte potencial” (SACKS; SCHEGLOFF; JEFFERSON, 2003 [1974], p. 27) e até mesmo o falante corrente não é excluído da próxima vez de falar; esse último caso configura, segundo os autores, um evento intraturno, sendo um acréscimo ao tamanho do turno e não uma alocação de turno para o mesmo falante. Já sobre o fato (12), Sacks, Schegloff e Jefferson (2003 [1974]) afirmam que a pergunta e a autosseleção são casos óbvios de técnicas de alocação de turno, apontando a necessidade de se procurarem técnicas que sejam menos óbvias e que também são usadas. Assim, afirmam que uma pergunta é um dos casos de uma classe de tipos de elocução, denominada primeira parte de um par adjacente, que tem a propriedade de seleção do falante seguinte, e descrevem, por meio de exemplos de seu *corpus*, outros casos que têm a mesma propriedade, como

reclamação, elogio, desafio, pedido, oferta. Todos esses casos restringem o que necessita ser feito em um turno seguinte e são elementos fundamentais para selecionar o falante seguinte. E sobre o fato (14), “o sistema de tomadas de turnos se presta ao reparo de seus problemas” (SACKS; SCHEGLOFF; JEFFERSON, 2003 [1974], p. 48), sendo apontados como exemplos de reparo, sem muito detalhamento, as práticas de etiqueta relacionadas à interrupção, reclamações sobre a interrupção, o uso de marcadores de interrupção, falsos inícios, repetições de partes de um turno sobrepostas, paradas prematuras dos envolvidos em falas simultâneas, dentre outros.

O sistema proposto por Sacks, Schegloff e Jefferson (2003 [1974]) é relativamente completo, mas Marcuschi (2003) afirma que as regras pragmáticas propostas pelos autores não se verificam no Brasil, pois pertencem a um modelo elaborado com base na cultura norte-americana. Para Marcuschi (2003), o “desrespeito dos brasileiros” não seria uma questão de disciplina, mas de um outro modelo cultural. Sacks, Schegloff e Jefferson (2003, [1974]), por sua vez, reconhecem que a lista de técnicas por eles proposta pode ser ampliada por técnicas que envolvam questões de identidade social, mas afirmam que a inserção destas é bastante complexa, e consideram que, por sua flexibilidade, os aspectos da conversa são compatíveis com múltiplas identidades sociais. Os autores afirmam que essas questões são incômodas para serem introduzidas detalhadamente, e que “uma caracterização formal de como as identidades sociais dos participantes são tornadas relevantes e alteradas na conversa” (SACKS; SCHEGLOFF; JEFFERSON, 2003 [1974], p. 38) não existia naquele momento, embora fosse um problema que estava sendo trabalhado.

Ainda segundo Marcuschi (2003), outro problema da sistemática da organização estrutural dos turnos proposta por esses autores é a definição de lugar relevante para a tomada de turno, uma vez que os marcadores discursivos que levam os falantes precedentes ao próximo turno a perceberem quando o falante corrente completou o seu (hesitação, olhar fixo, pausa, entonação baixa e conclusão do enunciado) não são absolutos. É comum a troca de falantes ocorrer após elementos como “mas” e “então” e, nesses casos, as tomadas de turno podem configurar assaltos ou usurpações, aumentando a possibilidade de sobreposição de vozes. As críticas ao modelo, aliadas às constatações de estudos realizados em outras realidades culturais, como evidenciaremos na seção a seguir, reiteram a necessidade de observação da realidade específica do contexto pragmático brasileiro, e este é um ponto de partida.

## Tomada de turno

Galembeck e Costa (2009) ressaltam a importância de analisar os processos de troca de falantes, que, segundo eles, podem ocorrer por passagem ou assalto. A passagem de turno pode ser requerida, sendo marcada linguisticamente por uma pergunta “ou pela presença de marcadores que testam a atenção ou buscam a confirmação do ouvinte” (GALEMBECK, 1999, p. 72), como é o caso de “né?”, “não é?”, “sabe?”, “entende?”, ou consentida, “uma entrega implícita: o ouvinte intervém e passa a deter o turno, sem que o concurso tenha sido diretamente solicitado” (GALEMBECK, 1999, p. 74).

Já no assalto ao turno,

[...] o ouvinte “invade” o turno do falante fora de um lugar relevante de transição, por isso, o assalto apresenta uma violação do princípio básico da conversação, conforme o qual apenas um dos interlocutores deve falar por vez (GALEMBECK; COSTA, 2009, p. 1942).

Os autores distinguem dois tipos de assalto: o com “deixa” e o sem “deixa”. No primeiro, o ouvinte aproveita-se de um momento de hesitação do falante, marcado pela ocorrência de pausas, alongamentos, repetições de palavras ou sílabas, entre outros.

Três situações podem ocorrer nos casos de assalto com deixa, conforme Dionísio (2004): o interlocutor assaltado abandonar o turno e o interlocutor assaltante tomar posse dele; o falante assaltado não abandonar o turno e continuar a comandar a interação; e o falante assaltado perder o turno e o recuperar logo em seguida. Sobre tais situações, podemos afirmar que, na primeira, o falante que sofreu o assalto cede o turno ao seu interlocutor até que ele finalize uma unidade de construção. Na segunda, o falante corrente tenta manter sua fala; sobre essa situação de sustentação da fala:

[...] é, na realidade, uma tentativa empregada pelo falante para garantir a posse do turno, assinalando à sua audiência o desejo de manter-se na conduta do diálogo. Para isso, recorre aos marcadores conversacionais, aos alongamentos, às repetições e à elevação da voz (DIONÍSIO, 2004, p. 84).

Já na terceira situação, o falante corrente para de falar diante do assalto, mas retoma seu turno o mais breve possível, sem esperar que o falante assaltante finalize uma unidade de construção de turno.

O segundo tipo de assalto apresentado por Galembeck e Costa (2009), o sem “deixa”, não ocorre mediante hesitações, correspondendo a uma entrada

brusca e inesperada no turno do outro, gerando sempre sobreposições de vozes, que nem sempre ocorrem no assalto com deixa (GALEMBECK; COSTA, 2009).

Tais sobreposições de vozes, que podem ocorrer nos casos de interrupção – termo utilizado por Kerbrat-Orecchioni (2006) e outros autores para designar o que alguns chamam de assalto ao turno –, não devem se reproduzir muito frequentemente, nem durar muito tempo, de modo que se faz necessário que haja uma negociação entre os falantes em competição. Essa negociação pode ser explícita por meio de enunciados metalinguísticos, como “Espere, eu ainda não acabei”, “Desculpe, não quero interrompê-lo”, “Por favor, deixe-me falar”, entre outros; ou implícita, quando um dos falantes em competição abre mão do turno em favor do outro, e quando o falante realiza estratégias para se destacar, como o aumento da intensidade vocal e a repetição do segmento encoberto (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006).

Murata (1994) considera as sobreposições como infrações não intencionais e as interrupções como atos intencionais de interromper declarações do parceiro conversacional que podem, muitas vezes, transmitir um significado negativo por sua possibilidade de mudar os tópicos ou os turnos da conversa sem justificativa. Nessa mesma perspectiva, West e Zimmerman (2010 [1987]) distinguem sobreposições e interrupções, afirmando que as primeiras recobrem situações que ocorrem muito próximo de locais de possível transição; enunciados curtos, como “sim” e “certo”; ou entradas mais longas com propósitos facilitadores, como quando os falantes dizem a mesma coisa em um só tempo. Já sobre as segundas, as interrupções, os autores afirmam que “não podem ser explicadas pela operação do sistema de tomadas de turno, e sim refletem a influência de fatores exógenos ao gerenciamento da tomada de turnos” (WEST; ZIMMERMAN, 2010 [1987], p. 55), como o gênero do falante. Assim, o que os autores consideram como interrupção não tem caráter colaborativo, por isso não se justifica pela troca de falantes e sim por fatores que vão além da conversa propriamente dita, estendendo-se para identidades sociais.

Outro estudo relacionado ao fenômeno, tratando-o como assalto ao turno, foi o de Oliveira (2000), que analisou alguns trechos de diálogos entre dois interlocutores, sem especificar suas identidades sociais, observando o referido fenômeno, assim como outros aspectos do turno conversacional, com relação à participação dos interlocutores na construção do tópico da conversa. Oliveira (2000) justifica a relação do turno com o tópico pelo fato de que “as formas de participação dos interlocutores para a construção do tópico dependem também da atuação e estratégias utilizadas pelos falantes quando da troca

de turnos” (OLIVEIRA, 2000, p. 64) e afirma que mesmo sendo uma transgressão das regras de polidez, o assalto, mais especificamente o do tipo sem deixa, pode contribuir bastante para a construção do tópico, pois sendo a conversação dinâmica, essas interrupções bruscas podem não significar violações. Assim, ressalta que

O “fala um por vez” não raro é desconsiderado dentro de uma conversação. Assim, é comum nos depararmos com a sobreposição de vozes que, ao contrário de ser uma violação das regras de polidez, assinala o uso do turno, por parte do interlocutor que assalta, para contribuir, em colaboração com o que gesta o turno, apresentando seu ponto de vista contrário ou a favor, ao desenvolvimento do tópico (OLIVEIRA, 2000, p. 71).

Tal fenômeno, definido por Kerbrat-Orecchioni (2006) como interrupção, ocorre quando um falante toma a palavra enquanto seu interlocutor ainda não finalizou o seu turno, o que pode ocorrer de forma voluntária ou não. Ela defende que “interromper o outro é lhe cortar a palavra, é, portanto, lesar seu ‘território’ e ameaçar sua face” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 49), fazendo uma ressalva de que nem todas as interrupções são ofensivas ao falante interrompido, pois algumas delas chegam a ser lisonjeiras e cooperativas, ou podem servir de auxílio mútuo nos casos em que o falante interrompido (F<sup>1</sup>)

[...] se enrosca em seu discurso, quando se torna vítima de uma pane lexical, quando comete um lapso, ou está prestes a cometer uma gafe, F<sup>2</sup>, ao interrompê-lo, vem em socorro de F<sup>1</sup>, que está em perigo (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 50).

As interrupções são vistas por Kerbrat-Orecchioni (2006) como positivas nos contextos de alto envolvimento na troca comunicativa e nos de auxílio em situações de planejamento da fala e situações contextuais de evitar constrangimentos entre os interlocutores, assim como também as veem Galembeck e Costa (2009), ao afirmarem que a interrupção pode evidenciar um maior envolvimento dos interlocutores na conversa, uma vez que “indica o desejo acalorado do interlocutor de participar da conversa, significa a tentativa de colaboração com algo relevante para o que está sendo dito” (GALEMBECK; COSTA, 2009, p. 1943).

Já Souza-e-Silva e Crescitelli (2015) apresentam dois tipos de interrupção: a autointerrupção, que são as paradas na fala realizadas pelo próprio locutor; e a heterointerrupção, fenômeno que particularmente nos interessa, e que se refere às paradas provocadas pelo interlocutor ao tentar tomar o turno. Sobre as

interrupções realizadas nas tomadas e retomadas de turno, as autoras apresentam exemplos de que podem indicar disputa pela ocupação do espaço discursivo e afirmam que “costuram os enunciados, evitando a ruptura do tecido dialógico e garantindo a progressão temática” (SOUZA-E-SILVA; CRESCITELLI, 2015, p. 76), assim como revelam o esforço dos que realizam a interrupção em evidenciar o seu ponto de vista na interação.

Tannen (2010 [1990]) ressalta que a interrupção está relacionada à interpretação individual dos direitos e obrigações na conversa e afirma que

Para determinar se um falante está violando os direitos do outro, é preciso conhecer bem os dois falantes e a situação. Por exemplo, o que os falantes estão dizendo? Há quanto tempo cada um está falando? Qual é sua relação progressiva? Como eles se sentem ao serem interrompidos? E, mais importante, qual é o conteúdo do comentário do segundo falante em relação ao primeiro: trata-se de um reforço, uma contradição ou uma mudança de tópico? Em outras palavras, o que o segundo falante está tentando fazer? (TANNEN, 2010 [1990], p. 69).

Assim, fica claro que apenas contar o número de vezes em que um falante inicia sua fala antes que seu interlocutor conclua uma unidade de construção de turno não é o bastante para identificar interrupções em uma conversa, como não o é para verificar se tais interrupções indicam dominação, pois “não é a interrupção que constitui a dominação, mas aquilo que os falantes estão tentando fazer ao falarem uns com os outros” (TANNEN, 2010 [1990], p. 74). Ainda conforme a autora, considerar a interrupção como algo que só pode indicar dominação é o mesmo que considerar que somente um participante fala de cada vez na conversa, o que seria “mais uma posição ideológica do que as práticas reais em si” (TANNEN, 2010 [1990], p. 74). A interrupção, segundo Tannen, pode também ser cooperativa, dependendo do que o falante faz por meio dela. Se ele não muda o tópico da conversa, tal interrupção pode servir de ajuda em sua elaboração, configurando-se como uma fala de apoio e empatia.

Tannen (2010 [1990]) defende a existência de dois estilos conversacionais, o de “alta consideração” e o de “alto envolvimento”, sendo o primeiro o dos falantes que buscam mostrar consideração sem se impor na conversa, e o segundo o estilo dos indivíduos que buscam demonstrar envolvimento e entusiasmo com a conversa e, com essa finalidade, realizam mais interrupções que os primeiros, que, por sua vez, esperam por pausas mais longas no turno do parceiro conversacional para iniciarem suas falas.

Numa perspectiva multicultural, Murata (1994) afirma que a interpretação de um fenômeno como a interrupção varia entre culturas, podendo, em algumas, ser incentivado, sendo visto como um desejo do interlocutor de participar da conversa e, em outras, ser considerado como agressivo, rude ou até mesmo falta de respeito para com o falante. “Assim, o mesmo fenômeno pode ser interpretado de maneira totalmente diferente, dependendo de qual valor a cultura específica enfatiza mais”<sup>1</sup> (MURATA, 1994, p. 387, tradução nossa).

A autora coletou e analisou interações entre pares de interlocutores de três tipos: falantes ingleses, falantes japoneses e entre um falante inglês e um falante japonês. Tais interlocutores não se conheciam antes da pesquisa e foram pareados de modo a resultarem 16 interações de 15 minutos cada. Por meio da análise dessas interações, Murata (1994) constatou que o número médio de interrupções nas interações entre falantes japoneses foi de 1,57 por conversa, enquanto nas interações entre falantes ingleses foi de 7,0 e nas interações entre japoneses e ingleses foi de 3,43. Os resultados apontam que os ingleses realizaram mais interrupções que os japoneses, mas nas interações mistas os japoneses apresentaram um comportamento diferente, uma vez que tiveram um número de interrupções, embora menor que o dos ingleses, maior que com seus pares. Sobre tal fato, a autora afirma que pode ter ocorrido um ajuste, intencional ou não, por parte dos japoneses, da sua forma conversacional com a dos ingleses. Esse resultado reforça a crítica apontada por Marcuschi (2003) sobre a proposta de Sacks, Schegloff e Jefferson (2003 [1974]), reforçando a necessidade de estudos que contemplem as regras pragmáticas da cultura local.

Murata (1994) identificou dois tipos de interrupção, a cooperativa e a intrusiva. A primeira refere-se a uma situação na qual o interlocutor fornece uma palavra, ou uma frase que o falante está buscando, ou a completa para ele; ou mesmo utiliza um *back-channel* que o incentive a continuar sua fala, demonstrando interesse e participação. Ainda conforme a autora, esse tipo de ação é considerada interrupção por provocar um corte no enunciado do falante, mas não apresenta ameaça ao tópico conversacional em desenvolvimento, mostrando cooperação por parte do interruptor. Ela destaca que mesmo esse tipo de interrupção poderia ser interpretado como “ameaçador ou perturbador em certas culturas, onde o ‘imperativo territorial’, a ‘deferência’ e a ‘independência’ são altamente valorizados”<sup>2</sup> (MURATA, 1994, p. 388, tradução nossa).

1 “Thus, the same phenomenon can be interpreted in a totally different way, depending on which value the specific culture emphasizes more” (MURATA, 1994, p. 387).

2 “[...] threatening or disturbing in certain cultures, where the ‘territorial imperative’, ‘deference’, and ‘independence’ are highly valued” (MURATA, 1994, p. 388).

Sobre o segundo tipo, a interrupção intrusiva, Murata (1994) sugere ser mais agressivo, e o subdivide em três tipos: interrupção de mudança de tópico, interrupção do piso conversacional e interrupção de desacordo. No primeiro subtipo, o interlocutor interrompe o tópico abordado pelo falante, forçando-o a permitir uma mudança para um novo tópico. Já no segundo subtipo de interrupção, o interruptor busca obter a palavra na conversa, não para mudar de assunto, pois ele desenvolve o tópico em andamento, mas para manter a troca de turnos. E o terceiro subtipo é aquele em que o interlocutor interrompe para discordar do que está sendo dito pelo falante. A autora defende, ainda, que uma interrupção classificada como intrusiva, em inglês, por exemplo, pode ser vista como cooperativa em outras culturas, dependendo da interpretação do interrompido, e destaca que é importante atentar para essa natureza complexa da comunicação na interpretação dos dados.

A ocorrência de interrupções intrusivas foi muito rara nas interações entre falantes japoneses, com uma média de 0,43 por conversa; as interrupções cooperativas tiveram um pouco mais de ocorrências, com média de 1,14 por conversa. Já em interações entre falantes ingleses, tanto as interrupções cooperativas quanto as intrusivas ocorreram igualmente, com média de 3,5. Sobre tal fato, a autora sugere que a rara ocorrência de interrupções intrusivas entre japoneses “pode refletir uma atitude tradicional japonesa em relação à conversa: não se deve começar a falar antes que o parceiro conversacional tenha completado o enunciado”<sup>3</sup> (MURATA, 1994, p. 393, tradução nossa).

Com relação às questões culturais, Tannen (2010 [1990]) evidencia que há distinção de duração de pausas entre os turnos em diferentes grupos culturais e que o fato de alguns grupos fazerem pausas curtas, ou nenhuma, se dá por acreditarem que o silêncio nas conversas entre amigos denota falta de apoio e conexão<sup>4</sup>. Tais diferenças culturais podem formar diferentes estilos conversacionais e, ao mesmo tempo que pode ser positivo reconhecer seu estilo como algo pertencente a uma cultura, quando pessoas culturalmente diferentes têm

3 “[...] *may reflect a traditional Japanese attitude towards conversation: one must not start talking before the conversational partner has completed his/her utterance*” (MURATA, 1994, p. 393).

4 Em relação às pausas preenchidas, ou pausas hesitativas, que ocorrem quando o falante preenche o tempo de seu turno com sons que não configuram itens lexicais de uma dada língua, por meio de alongamentos vocálicos não enfáticos, também há viés de gênero no português: “As pausas preenchidas realizadas por falantes femininos são mais intensas do que as realizadas por falantes masculinos, havendo inclusive uma inversão: na fala masculina, a pausa “eh” apresenta resultado maior de intensidade do que a fala “ah”, ao contrário do que ocorre na fala feminina” (FREITAG; PINHEIRO; SILVA, 2017, p. 124).

estilos conversacionais também distintos, seu modo de falar pode causar o surgimento de estereótipos negativos (TANNEN, 2010 [1990]).

Assim, perceber interrupções em uma situação conversacional é um processo que pode ser influenciado, entre outros aspectos, pela cultura dos envolvidos na conversa e do pesquisador que irá analisá-la. Okamoto, Rashotte e Smith-Lovin (2002) exploram dois tipos de propostas para medir interrupções: o de West e Zimmerman (1975), que se baseia na estrutura sintática, de modo que um turno é considerado interrupção se iniciado antes das duas sílabas anteriores a um lugar relevante para transição, e o de Murray (1985), que tem uma perspectiva cultural e é situacional, pois leva em conta as pistas contextuais na identificação da interrupção. O estudo visa observar se esses dois tipos de medição de interrupção capturam as mesmas construções, como também se o sexo dos indivíduos que codificam as interrupções tem efeito sobre sua percepção do que é ou não considerado interrupção. Em seu estudo, Okamoto, Rashotte e Smith-Lovin (2002) analisaram dados de 1991 a 1994 pertencentes a uma coleta por meio da qual foram recrutados 264 estudantes de graduação, 106 homens e 158 mulheres, do curso de Sociologia, que formaram uma amostra de 86 sessões de simulação de júri (21 grupos de duas pessoas, 38 grupos de três pessoas e 27 grupos de quatro pessoas), tendo como estímulo um caso criminal real de Nova Iorque.

As simulações realizadas pelos interlocutores foram analisadas quanto aos dois referidos critérios, o sintático de West e Zimmerman (1975) e o cultural de Murray (1985). No primeiro, um assistente dos autores (que não conhecia a pesquisa) identificou, levando em conta as sílabas antes do lugar relevante para a transição, 254 interrupções em 8.888 enunciados. E, no segundo, oito estudantes, quatro homens e quatro mulheres, pertencentes à mesma comunidade dos sujeitos gravados, assistiram às gravações e marcaram, nas transcrições, 2.368 turnos que eles consideraram como interrupção. Tais ocorrências do segundo critério correspondem aos casos em que pelo menos uma pessoa codificou uma transição como interrupção, mas os autores afirmam que em um critério mais conservador, em que se consideram como interrupção apenas transições codificadas por cinco ou mais codificadores, houve 256 ocorrências nos 8.888 enunciados, valor semelhante ao do critério sintático.

Por meio de análise estatística de média e desvio padrão para os tipos de identificação de interrupção, Okamoto, Rashotte e Smith-Lovin (2002) constataram que o método sintático resultou numa menor probabilidade de uma transição ser julgada como interrupção em relação às análises realizadas pelos

codificadores pertencentes às culturas dos sujeitos da amostra, que, por levarem em conta variáveis contextuais, identificaram mais interrupções, o que, segundo eles, confirma a afirmação de Murray de que a contagem de sílabas não determina o que é uma interrupção.

Okamoto, Rashotte e Smith-Lovin (2002) constataram, ainda, que codificadores homens identificaram mais ocorrências de interrupção que as codificadoras mulheres, e tal diferença de gênero na identificação das interrupções apoia a perspectiva cultural de que “homens e mulheres parecem seguir diferentes pressupostos e regras sobre a interação ao interpretar a conversa”<sup>5</sup> (OKAMOTO; RASHOTTE; SMITH-LOVIN, 2002, p. 52, tradução nossa). Tais resultados apontam para a confluência do viés de gênero e do viés cultural, que precisam ser considerados em estudos que observam a tomada de turno.

## Relações de gênero na tomada de turno

Estudos que relacionam usos linguísticos e padrões de comportamento de sexo/gênero permitem observar pistas de como se dá o processo de assalto ao turno quanto ao sexo/gênero dos interlocutores. Um estudo clássico nesse aspecto é o de West e Zimmerman (2010 [1987]), realizado com dez universitários, sendo cinco homens e cinco mulheres, entre 18 e 21 anos de idade, pertencentes a um mesmo curso, o de Sociologia, mas que não se conheciam antes de serem selecionados. Os interlocutores, pareados de modo assimétrico quanto ao gênero, foram convidados a conversar sobre o tópico “segurança das bicicletas no *campus*”, e posteriormente foram observadas as interrupções realizadas por homens e mulheres nas gravações de tais conversas. Foram identificadas 28 ocorrências de interrupções, das quais 21 foram realizadas por homens, resultado correspondente ao de seu estudo de 1975 com indivíduos conhecidos entre si, que também apontou maior realização de interrupções por parte dos homens. A partir desses resultados, West e Zimmerman (2010 [1987]) concluem que em interações entre pessoas de diferentes gêneros, tanto em contextos de maior quanto de menor proximidade social entre os indivíduos, em interação de pares mistos, os homens realizam muito mais interrupções que as mulheres.

5 “[...] *men and women seem to follow different assumptions and rules about interaction when interpreting talk*” (OKAMOTO; RASHOTTE; SMITH-LOVIN, 2002, p. 52).

Diante de tais constatações, West e Zimmerman (2010 [1987]) questionam-se sobre o que justifica tais resultados e realizam outra análise para comprovar a falsidade de uma ideia socialmente difundida e que poderia ser tomada como justificativa, de que as mulheres falam mais que os homens, o que seria um motivo para que eles as interrompessem com a finalidade de poderem dizer algo. Nessa outra análise, os autores contaram o número de sílabas produzidas pelos falantes até o momento do início da interrupção e verificaram o oposto do que propõe a referida ideia, pois os homens interromperam as mulheres em média na sílaba 12,1 de seus turnos de fala, enquanto elas os interromperam na sílaba 25,4 de seus turnos. “Esses resultados não sugerem outra coisa senão que são as mulheres, e não os homens, que interrompem para ‘conseguir dizer alguma coisa’” (WEST; ZIMMERMAN, 2010 [1987], p. 61).

A característica competitiva dos homens também é destacada por Tannen (2010 [1990]), que ressalta que estes encaram a conversa como uma competição, por isso não demonstram interesse em apoiar as falas alheias, e sim em mudar o rumo da conversa para ocupar o papel principal “contando uma história, ou piada, ou demonstrando conhecimento” (TANNEN, 2010 [1990], p. 92).

Tannen (2010 [1990]) defende que o gênero é um fator de influência na realização das interrupções, havendo um estilo conversacional masculino configurado como de “fala pública”, com ênfase no tipo relato, e um estilo conversacional feminino de “fala privada”, que enfatiza a fala do tipo cooperativa. A autora considera que

[...] a crença de que os homens dominam as mulheres porque as interrompem durante conversas parte do pressuposto de que a conversa é uma atividade na qual somente uma voz pode ser ouvida de cada vez. Essa pressuposição errônea tem expressivas consequências negativas para as mulheres. Quando falam entre si em situações casuais, amigáveis e centradas na conexão, muitas mulheres usam a sobreposição cooperativa de vozes: as ouvintes falam junto com as falantes para demonstrar participação e apoio. Foi essa prática que levou os homens a criar o estereótipo de que as mulheres são barulhentas e falam demais (TANNEN, 2010 [1990], p. 88).

Para o entendimento de tais questões, a autora defende que se faz necessário distinguir a fala do tipo relato da fala cooperativa, o que, segundo ela, permite constatar que “embora tanto homens quanto mulheres queixem-se de serem interrompidos uns pelos outros, os comportamentos que geram essas queixas são diferentes” (TANNEN, 2010 [1990], p. 88). Por exemplo, as

sobreposições cooperativas das mulheres irritam os homens por serem uma tentativa de assimilar o tópico masculino, enquanto que as mulheres irritam-se quando estes se apropriam de seus turnos ou mudam o tópico da conversa (TANNEN, 2010 [1990]).

Os resultados desses estudos evidenciam a importância de se considerar o gênero dos interlocutores na observação do fenômeno de interrupção, atentando tanto para o gênero de quem interrompe quanto para o de quem é interrompido, como também para as posturas dos falantes ao realizá-lo, se de competição ou colaboração, o que sugere que, a exemplo de outros fenômenos linguísticos do nível interacional, como o uso de marcadores discursivos, em que se observam preferências de uso de certas formas por homens e outras por mulheres (FREITAG; SILVA; EVANGELISTA, 2017), há um viés de gênero que permeia a interrupção e a colaboração no assalto ao turno.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O fenômeno de interrupção no processo de troca de falantes pode ser visto por diferentes perspectivas. Embora alguns autores apresentem a mesma concepção para interrupção e assalto ao turno, podem-se destacar algumas diferenças. Galembeck (1999) afirma que o assalto ao turno “é marcado pelo fato de o ouvinte intervir sem que a sua participação tenha sido direta ou indiretamente solicitada” (GALEMBECK, 1999, p. 74). Nesse caso, seria considerado assalto ao turno o que Tannen (2010 [1990]) chama de sobreposições cooperativas e Marcuschi (2003), de sobreposições localizadas, que, segundo os exemplos apresentados por Tannen (2010 [1990]), são as situações nas quais o interlocutor introduz uma fala de concordância ao que está sendo dito, ou de acréscimo à fala do outro antes que este conclua seu turno, gerando uma fala sobreposta que não causa desconforto ou irritação, pois contribui para o desenvolvimento da conversa, e que, conforme Marcuschi (2003), não constitui um novo turno, pois o falante corrente não cessa sua fala, ocasionando uma fala sobreposta ao seu turno. Por considerar tais sobreposições como entradas não consentidas, ou não requeridas, o que cabe na definição de assalto ao turno, mas não considerá-las como relacionadas à violação do direito de fala, pois o falante não cessa seu turno perante elas, percebemos uma distinção entre as concepções de assalto ao turno e interrupção e, para os fins desta pesquisa,

teremos por base esta última, pois a violação do direito de fala pode estar relacionada a fatores que vão além da conversa propriamente dita, estendendo-se às identidades sociais de quem interrompe e de quem é interrompido, podendo inclusive estar atrelada a questões de gênero.

Ainda com base nos estudos apresentados, podemos afirmar que os aspectos de gênero e os fatores culturais são importantes para o estudo do fenômeno conversacional que é a interrupção e, como destacam Gumperz e Cook-Gumperz (1997), a obtenção de informações sobre os processos comunicativos pelos quais surgem as questões de identidade social é fundamental para entender tais questões e como elas afetam e são afetadas pelas divisões sociais, políticas e étnicas.

## Interruption/assault of the turn, the role of gender and the cultural effect

### Abstract

The present work aims to characterize the conversational turn and its constitutive aspects, so that from what one has been defined for the conversational turn and for the phenomena that through it occur, to identify the proposals for treatment of the conditions of interruption and collaboration in the assault on the shift, with special emphasis on the role of the gender of the interlocutors and on the cultural role of the interruption: in different languages, different cultures prevail. Therefore, the pattern of disruption can be seen differently, depending on the pragmatic context.

### Keywords

Interruption/assault of the turn. Gender. Culture.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, A. S.; FREITAG, R. M. K. A forma de futuro do pretérito no português do Brasil e a função de polidez. *Forma y Funcion*, v. 28, p. 79-97, 2015.

DIONÍSIO, A. P. Análise da conversação. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004. v. 2.

- FREITAG, R. M. K. Marcadores discursivos não são vícios de linguagem. *Interdisciplinar: Revista de Estudos em Língua e Literatura*, v. 4, p. 22-43, 2007.
- FREITAG, R. M. K.; PINHEIRO, B. P.; SILVA, L. S. Análise variacionista de pausas preenchidas em fronteiras de constituintes. In: FREITAG, R. M. K.; LUCENTE, L. (Org.). *Prosódia da fala: pesquisa e ensino*. São Paulo: Blucher, 2017. p. 117-132.
- FREITAG, R. M. K.; SILVA, R. B.; EVANGELISTA, F. S. R. Marcadores discursivos interacionais. *Diacritica*, v. 31, p. 20-75, 2017.
- GALEMBECK, P. T. O turno conversacional. In: PRETI, D. (Org.). *Análise de textos orais*. São Paulo: FFLCH-USP, 1999, p. 55-79.
- GALEMBECK, P. de T.; COSTA, N. S. da. Alternância e participação: a distribuição de turnos na interação simétrica. In: CELLI – COLÓQUIO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS, 3., 2007. Maringá. *Anais... Maringá*, 2009. p. 1937-1944.
- GUMPERZ, J. J.; COOK-GUMPERZ, J. Introduction: language and the communication of social identity. In: GUMPERZ, J. J. (Org.). *Language and social identity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. Análise da conversação: princípios e métodos. Tradução Carlos Felix Piovezani Filho. São Paulo: Parábola, 2006.
- MARCUSCHI, L. A. *Análise da conversação*. 5. ed. São Paulo: Ática, 2003.
- MAREGA, L. M. P.; JUNG, N. M. A sobreposição de falas na conversa cotidiana: disputa pela palavra? *Veredas*, v. 1, p. 321-337, 2011.
- MENDONÇA, J. J.; FREITAG, R. M. K. Primeira pessoa do plural com referência genérica e a polidez linguística. *Soletras*, v. 0, p. 39-57, 2016.
- MURATA, K. Intrusive or co-operative? A cross-cultural study of interruption. *Journal of Pragmatics*, North-Holland, p. 385-400, 1994.
- MURRAY, S. Toward a model of members' methods for recognizing interruptions. *Language in Society*, v. 14, p. 31-40, 1985.
- OKAMOTO, D. G.; RASHOTTE, L. S.; SMITH-LOVIN, L. Measuring interruption: syntactic and contextual methods of coding conversation. *Social Psychology Quarterly*, University of California, v. 65, n. 1, p. 38-55, 2002.
- OLIVEIRA, M. A participação do interlocutor na construção do tópico conversacional. *Moara: Revista dos Cursos de Pós-Graduação em Letras da UFPA*, Belém, n. 13, p. 63-73, 2000.
- SACKS, H.; SCHEGLOFF, E.; JEFFERSON, G. A simplest systematics for the organization of turn taking for conversation. Tradução Maria Clara Castellões Oliveira e Paulo Cortes Gago (Org.). *Veredas: Revista de Estudos Linguísticos*, Juiz de Fora, v. 7, n. 1 e n. 2, p. 9-73, 2003 [1974].

SANTANA, R. R. Funções discursivas dos marcadores olhe, olha e repare na fala sergipana. *A Cor das Letras*, v. 19, n. especial, p. 136-149, 2018.

SANTANA, R. R.; FREITAG, R. M. K. *Assalto ao turno em interações assimétricas de sexo/gênero*. No prelo.

SANTOS, K. C.; FREITAG, R. M. K. Efeitos de polidez na variação na primeira pessoa do plural. *Veredas – Revista de Estudos Linguísticos*, Juiz de Fora, v. 19, p. 136-159, 2016.

SOUZA-E-SILVA, M. C.; CRESCITELLI, M. C. Interrupção. In: C. S. JUBRAN (Org.). *A construção do texto falado*. São Paulo: Contexto, 2015.

TANNEN, D. Quem está interrompendo? Questões de dominação e controle. In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. (Org.). *Linguagem, sexo, sexualidade*. São Paulo: Parábola, 2010 [1990]. p. 67-92.

WEST, C.; ZIMMERMAN, D. H. Pequenos insultos: interrupções em conversas entre pessoas desconhecidas e de diferentes sexos. In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. (Org.). *Linguagem, sexo, sexualidade*. São Paulo: Parábola, 2010 [1987]. p. 49-66.

WEST, C.; ZIMMERMAN, D. Sex roles, interruptions and silences in conversations. In: THORNE, B.; HENLEY, N. (Org.). *Language and sex: difference and dominance*. Rowley: Newbury House, 1975. p. 29-105.